



A cidadania e o meio ambiente

Agostinho Oli Koppe Pereira¹

Cleide Calgaro²

Henrique Mioranza Koppe Pereira³

Sumário: Considerações iniciais. 1 Meio ambiente para além da Antropologia. 2 As conexões existentes entre o meio ambiente e a cidadania: possíveis soluções. Considerações finais. Referências.

Resumo: No presente artigo, procura-se analisar, de forma crítica, como a cidadania pode auxiliar a que se chegue à sustentabilidade planetária. Visa-se a uma análise dos diversos problemas existentes no planeta que estejam em consonância com o tema em questão. Trabalha-se o contexto social, econômico, cultural e financeiro da sociedade atual voltada para a busca desordenada de poder e consumo exacerbado. Também, almejam-se soluções para esses problemas, buscando, de forma contínua, a interligação entre cidadania e sustentabilidade, procurando demonstrar a necessidade de consolidar a idéia de cidadania vinculada a um ambiente equilibrado que propicia qualidade de vida às gerações atuais e vindouras.

Palavras-chave: Direito, cidadania, meio ambiente, sustentabilidade

Abstract: In the present article it is processed to analyze, of a critical form, as the citizenship can assist the one that if arrives the planetary sustainability. An analysis of the diverse existing problems in the planet is aimed at, that are in accord with the subject in question. The contexts works social, economic, cultural and financial of the current society directed toward the disordered search of being able and exacerbate consumption. Also, it is longed for brainstorming for these problems searching, of continuous form, the interconnection between citizenship and sustainability, looking for to demonstrate the consolidate necessity citizenship idea tying to a balanced environment that propitiates quality of life the current and coming generations.

Key words: Right, citizenship, environment, sustainability

Considerações iniciais

No presente artigo, que possui como título “A cidadania e o meio ambiente”, tem-se como objetivo elaborar um estudo sistemático a respeito da teoria

¹ Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos –UNISINOS–; Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco; Professor do programa na Graduação e no programa de Pós-Graduação e Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul.

² Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS); aluna do Mestrado em Direito Ambiental e Biodireito; componente do Grupo de Pesquisa Metamorfose Jurídica (site: www.metamorfosejuridica.hpgvip.com.br).

³ Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul e mestrando em Direito na Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS.



do Desenvolvimento Sustentável, além de refletir sobre a cidadania, buscando, de certa maneira, algumas soluções aos problemas que emergem quando se abordam as questões atinentes aos reflexos da cidadania no meio ambiente.

Assim, o trabalho é elaborado buscando analisar as conseqüências da cidadania sobre o meio ambiente, suas implicações e as possíveis soluções que podem ser adotadas para minimizar os efeitos advindos da desvinculação do homem com a natureza; com a criação do que se pode chamar de “o homem de concreto”, ou seja, aquele que, longe da natureza, não vê o vínculo necessário, entra cidadania e sustentabilidade planetária.

Procura-se, por meio de contribuições teóricas sobre o assunto em debate, a quebra de paradigmas, na busca da construção de uma nova identidade e de uma nova temática, fundada na busca da verdadeira cidadania e da sobrevivência planetária. Mediante essa visão, tenta-se verificar o que é ser cidadão como ser cidadão, e até em que momento se pode ser verdadeiro cidadão.

Nesse diapasão, trabalha-se, no primeiro item, “Meio ambiente para além da Antropologia”. Nele são combinados os problemas que, sustentados por uma sociedade vinculada ao econômico, ao *ter*, que deixa de lado o *ser*, sucumbe num consumerismo desregrado, esgotando os recursos naturais, poluindo o ar e a água e, por fim, levando a humanidade por caminhos que culminarão na insustentabilidade da própria raça.

No segundo item, “As conexões entre o meio ambiente e a cidadania”, procuram-se as soluções possíveis para se chegar ao que se chamou de sustentabilidade planetária. Demonstra-se que a cidadania, em sua completude, é pressuposto básico para a preservação do meio ambiente, em especial, e do planeta, de forma geral.

Espera-se, por fim, contribuir com este artigo para ampliar as discussões que envolvem a preservação do planeta em prol da manutenção de todos os seres que nele habitam, acreditando, sempre, que os homens mudam com o decorrer dos tempos. Assim, conceitos arraigados a eles também devem ser alterados para que a História da humanidade possa ser escrita de forma a contribuir para consolidar a vida em todos os sentidos na Terra.

1 Meio ambiente para além da antropologia

O planeta Terra é mutável por excelência. A verificação histórica da sua existência demonstra transformações radicais (eras glaciais, extermínio dos dinossauros, entre outras). Essas transformações tiveram causas variadas. No presente momento, entretanto, as transformações que envolvem o planeta possuem sua causa vinculada à conduta humana, que compreende o consumo dos recursos naturais, a degradação do meio ambiente, enfim a manipulação do equilíbrio ecológico.

Nesse contexto, é de se perguntar:

Até que momento o planeta irá agüentar essa degradação? Até em que momento a natureza agüentará o consumo de seus recursos naturais? A verdade é que o equilíbrio ecológico está, de certa maneira, sendo rompido, acarretando graves conseqüências e perigos para a humanidade.

Assim salienta Milaré:

A espécie humana e a Terra encontram-se num determinado estágio de evolução impossível de ser precisada, do qual dispomos de razoáveis informações retrospectivas sobre o caminho percorrido e, como meras hipóteses, de prospectivas sobre o futuro incerto e de horizonte curtíssimo.⁴

Sob essa ótica, percebe-se que a fauna, a flora, o ar, a água, o solo e todos os recursos naturais, inclusive o próprio homem, estão ameaçados devido ao não respeito à natureza.

Milaré mostra que esse é o “palco” em que se desenrola o drama da vida sobre o planeta. A questão ambiental está desenhada nos cenários da humanidade e manifesta-se pelas ações visíveis, que podem facilmente ser constatadas; porém não é possível ignorar o que se passa nos bastidores, nas ações ocultas e no jogo de interesses que não vêm à cena. A vigilância ambiental, inclusive a consciência jurídico-ecológica, deve estar atenta ao que é patente e ao que está latente.⁵

Nos últimos anos, a humanidade vem se dando conta das contradições do mundo moderno. Ela tomou consciência de que o processo de modernização,



ao mesmo tempo que trouxe o avanço da tecnologia, é responsável por diversos problemas que vão:

a) desde a criação do paradoxo entre facilidade e felicidade, ou seja, embora a modernidade tenha trazido enorme facilidade ao dia-a-dia do homem, não foi capaz de trazer felicidade, pois pensava-se que, por meio da tecnologia, todos seriam felizes;

b) até a criação de problemas na área ambiental, cuja tecnologia se fez valer como possibilitadora de poluição, efeito estufa, etc.

Nessa seara, o mundo passou a ser um problema que deve ser superado e equilibrado com a ajuda de todos os cidadãos, do poder público, enfim, pela conscientização de toda a humanidade.

Assim, pode-se observar que os problemas ambientais possuem, hoje, seu nascedouro na conduta humana. A sociedade consumerista vai além do satisfazer as necessidades básicas do homem. Ela está basificada na conduta desregrada do consumir, cujas necessidades de sobrevivência são substituídas pelo supérfluo, pelo “consumir por consumir”.

Por isso, tem-se a necessidade de buscar alternativas criativas para equacionar esses problemas, deixando claro que não existem soluções simples para a complexa confusão criada pelo homem.

Os novos paradigmas ambientais (a desvinculação de idéias mecanicistas; a reinserção do ser humano à natureza e a preservação ambiental são alguns exemplos do possível), apesar de não terem ainda sido incorporados ao sistema em que se vive, podem dar inspiração aos modernos processos de mudanças, para uma sociedade melhor.

Vive-se num período de transição, que se revela nas múltiplas dimensões de uma crise decorrente do esgotamento do paradigma dominante.

É necessário buscar formas de educar a sociedade para enfrentar os problemas criados pelo “progresso”, sugeridos pela modernidade e, também, para fazer frente às questões que surgem com a busca desenfreada do poder, que faz

com que o ser humano elabore condutas independentes da preocupação com o ambiente em que vive.

Como salienta Milaré:

Compatibilizar meio ambiente e desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais dentro de um processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando-se as suas inter-relações particulares a cada contexto sociocultural, político, econômico e ecológico, dentro de uma dimensão tempo/espço. Em outras palavras, isto implica dizer que a política ambiental não deve se erigir em obstáculo ao desenvolvimento, mas sim em um de seus instrumentos, ao propiciar a gestão racional dos recursos naturais, os quais constituem a sua base material.⁶

A conquista da liberdade, na organização complexa da vida política e econômica depende, de certa forma, de uma disposição das pessoas como indivíduos e das pessoas como sociedade.

Verifica-se que, no final do século passado, houve um crescente despertar de consciência ética em relação a diversos tipos de desafios levantados pelos avanços científicos e pelo progresso econômico. A humanidade começou a perceber que nem todas as descobertas científicas e nem todas as vantagens tecnológicas trazem somente benefícios para a sociedade.

Surgem diversas preocupações voltadas à Ecologia, apontando os efeitos maléficis das atividades científicas que não levam em consideração a preservação ambiental e, conseqüentemente, a preservação da humanidade.

Indo além, deve-se ter consciência de que o crescimento científico e tecnológico, atrelado ao progresso e voltado ao consumo desordenado, funda numa relação antropocósmica, o que não significa a equalização de todos os seres, nem o respeito à natureza, mas a destruição dos recursos naturais, sejam eles minerais, botânicos ou zoológicos.

Por fim, percebe-se que se vive em um momento de fracassos de paradigmas, quando a busca por poder e a exacerbação da relação de consumo fazem com que a sociedade não perceba o mal que está causando ao meio ambiente.

Nessa condição, a irracionalidade econômica e a busca desenfreada de



poder, em suas diversas esferas, potencializam uma devastadora ameaça aos ecossistemas naturais. Assim, o desenvolvimento econômico provoca destruição nas condições fundamentais da sustentabilidade, ao passo que o estímulo ao consumo desregrado dos bens naturais provoca catástrofes.

O atual modelo econômico capitalista e mecanicista gera um processo de crescimento baseado num consumo desordenado e na estimulação da destruição das condições ecológicas de sobrevivência.

É preciso que se quebrem paradigmas, tanto de cunho individual quanto coletivo, e que a sociedade capitalista pós-moderna busque um crescimento sustentável baseado na solidariedade e na racionalidade.

Pelas análises efetuadas, vê-se a necessidade de se estabelecerem novos parâmetros que, voltados para a realidade, possam conciliar desenvolvimento, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

A superação da crise ambiental exige modificações nas prioridades dos Estados e impõe mudanças nas condutas individuais. O Estado deve estabelecer normas que visam à adequabilidade dos avanços tecnológicos, com a proteção do meio ambiente. O indivíduo, sendo principal agente das transformações ambientais, por meio de suas escolhas pessoais, sociais e políticas, deve desenvolver condutas que levem a humanidade a trilhar caminhos ecologicamente sustentáveis.

Portanto, a sustentabilidade depende de políticas governamentais comprometidas em conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, por outro lado, de condutas individuais do ser humano, as quais possam interferir na preservação dos mananciais naturais, com vistas, também, à consolidação de atitudes ecologicamente corretas, que possibilitem atender às necessidades das gerações atuais e futuras.

2 As conexões existentes entre o meio ambiente e a cidadania: possíveis soluções

Quando se fala em cidadania, percebe-se que a mesma não é um conceito padrão, mas um conceito histórico que varia no tempo e espaço, de cultura a



cultura, de povo para povo. Não há, ainda, um padrão de cidadania em nível universal; por isso, é diferente ser cidadão na França e ser cidadão no Brasil, uma vez que os Estados definem os direitos e deveres de seus cidadãos, e esses direitos e deveres atendem às concepções sociais, econômicas, políticas e ideológicas de cada Estado.

É de se verificar que a cidadania se instaurou a partir de diversos processos, de lutas, os quais romperam paradigmas então vigentes e passaram a estruturar novos, a partir dos direitos dos cidadãos. Assim, diversos tipos de lutas foram travados para que houvesse uma ampliação da cidadania.

Segundo Giron, o homem não nasce cidadão; o homem se torna cidadão. A formação de um cidadão não é tarefa fácil: a família, a escola e mesmo o Estado não se sentem responsáveis pela sua formação. Transferindo-se a responsabilidade de uma instância para outra, quem sai perdendo é o indivíduo e a sociedade.⁷

Esse homem voltado para a existência das demandas constitui uma contingência de problemas ambientais, sociais, políticos, culturais e mesmo econômicos, cuja raiz está longe, neste momento, de ser combatida e modificada.

Percebe-se que a humanidade tem sua história talhada na busca por poder, por fanatismo e mesmo na hipocrisia. A cidadania está mascarada e oprimida.

Segundo Kieling, “a humanidade necessita consolidar um caminho viável, respeitador das pluralidades e mantenedor da dignidade do indivíduo e do acesso desse indivíduo aos avanços tecnológicos e científicos, para atingir o pleno desenvolvimento”.⁸

Percebe-se que não é o progresso nem os avanços científicos que causam problemas à humanidade e ao meio ambiente, mas é a forma como são utilizados. Deve haver mudanças nos paradigmas até hoje dominantes, os quais atuam de forma contrária à integração do cidadão com a natureza. Os novos parâmetros de cidadania devem estar voltados para a preservação e o bem-estar do planeta, que é nossa morada, para que as gerações vindouras possam usufruir do mesmo de forma equilibrada.

De certa maneira, percebe-se uma dívida com o planeta, que deve ser



resgatada. Esse resgate deve vir em forma de cidadania voltada para sua preservação o que, em última análise, confunde-se com a própria conservação da espécie humana. Nesse contexto, ter-se-ia a verdadeira racionalidade em conexão com a sustentabilidade, em uma relação de equilíbrio, que envolveria poder, cidadania, consumo e qualidade de vida. Somente assim, poder-se-á chegar à sobrevivência planetária, mediante conscientização e quebra de diversos paradigmas, tanto de cunho pessoal quanto coletivo, os quais, estando ultrapassados, causam prejuízos ao ser humano.

Nessa idéia, nota-se que o desenvolvimento sustentável surge como uma idéia inovadora, que pretende promover o equilíbrio e o bem-estar do ser humano com a preservação da natureza. A vida, então, deve ser considerada na sua integralidade. A cidadania deve ser considerada em relação à vida, mas não somente em relação à vida humana, mas em relação a todos os seres que habitam o planeta e com o próprio planeta.

Na realidade, vive-se, de certa forma, em um macrossistema autopoietico onde as espécies desse sistema atuam numa interdependência estrutural, sendo que onde a sobrevivência de uns é a sobrevivência de outros.

Nesse contexto, os parâmetros da cidadania devem ser modificados, deixando de lado o ser humano em sua individualidade, para buscar o ser humano como agente coletivo e, mais do que isso, o ser humano enquanto *ser* inserido na natureza.

Os novos contornos da racionalidade social envolvem responsabilidade e sustentabilidade em todos os parâmetros (natureza, política, economia, consumo, progresso, etc.)

Como salienta Nalini, “só existe economia porque a ecologia lhe dá suporte. A ecologia permite o desenvolvimento da economia. A exaustão da primeira reverterá em desaparecimento da segunda”⁹.

É importante que se valorize e se preserve a natureza, abandonando o consumismo exacerbado e buscando um crescimento sustentado na sua plenitude. Por fim, urge que se perceba que a natureza se levanta da opressão, mostrando ao

ser humano sua inferioridade. A realidade é nítida numa sociedade voltada ao consumo, ao poder econômico, ao progresso, que esqueceu o verdadeiro significado da palavra *cidadania*.

A cidadania, em sua integralidade, pode ajudar o ser humano a dar uma nova ética aos valores humanos voltados para a preservação das espécies e do planeta.

Para se construir e garantir a cidadania, é preciso que se empenhem todas as forças para idealizar uma nova sociedade igualitária, voltada para o direito à vida de todos, a uma igualdade social, a uma dignidade humana e a uma preservação ambiental.

Certamente, tem-se consciência de que a situação social sugere elementos diversos dos propostos neste artigo. Sustentabilidade e cidadania são aspectos que estão entrelaçados a problemas que necessitam, com urgência, de soluções. A má-distribuição de renda; a pobreza; o analfabetismo; a falta de consciência política, social, cultural e ambiental; a maximização do poder; a mídia consumerista; as posturas políticas; a ausência de condições mínimas de vida e de trabalho de nossa população; a falta de preservação do meio ambiente; a falta de assistência social e educacional; a falta de comprometimento, entre outros fatores, necessitam ser enfrentados dentro de uma visão holística e não mecanicista.

Sabe-se que se está em uma crise de credibilidade e de confiança, mas mudanças podem e devem ocorrer, mesmo que de forma gradativa, pois as mesmas são necessárias para a sobrevivência não somente do ser humano, como do planeta. Faz-se necessária uma cooperação de todos os setores que integram a sociedade, para que surja uma nova visão das doutrinas sociais e da pós-modernidade.

Volta-se a frisar: é possível a existência de uma relação entre ética, meio ambiente e cidadania, mas não no atual modelo social. Faz-se necessário haver mudanças de conceitos e reflexões sobre diversos setores sociais para que se possa ser alicerçada a conexão entre todos os fatores sociais.

Como mostra Ruscheinsky:



Ao insistir na temática do meio ambiente, por certo sustenta-se que todo o desenvolvimento social remete à qualidade da vida como uma totalidade. De certo modo, a perspectiva da consolidação de um meio ambiente com dignidade de vida e com destaque para o diálogo, com a natureza remete a uma postura ética e altruísta, oposta à apropriação privada, que tem como primordial o detrimento da igualdade e envereda sem dó, nem piedade, no sofrimento alheio. A história recente tem apontado um destaque para a questão ecológica, inclusive com emergência de órgãos públicos neste campo, vindos à luz como efeito das mudanças na legislação por pressão política de setores da sociedade civil. Todavia o tema da ética está presente de forma diversa no trato do meio ambiente e, portanto, cabe destacar que juntar esforços encontra-se na ordem do dia, bem como organizar seminários que pretendem debater as alternativas que vicejam com as respectivas discordâncias. Os encaminhamentos visualizados para acompanhar e dirimir problemas podem requerer modificações substantivas na estrutura organizacional das associações políticas de cunho voluntário (FONTES, 1996). É lógico que neste campo conflitivo o debate ou os discursos são insuficientes; urge também a ação de política para colocar em prática propostas que o futuro requer implementadas no presente momento.¹⁰

E o mesmo autor vai além, afirmando que:

Sob o ponto de vista da ética ambiental, a única educação verdadeiramente consistente é aquela que inicia pela consciência de diálogo entre a natureza como meio ambiente e a ação do ser humano no seio da mesma [...]. entretanto, dentro das respectivas controvérsias neste campo, é hora de compreender que, antes de propor formar consciência, convém suscitar a prática adequada que informa a consciência social e alicerça a compreensão do horizonte de leitura do mundo e de suas respectivas relações. Sustenta-se, assim, um espaço necessário para o desenvolvimento de sonhos e utopias.¹¹

Na realidade, sabe-se que o progresso tem seu preço, mas, quanto se deve pagar por ele? Da forma como vem sendo admitido o progresso, ele está destruindo o meio ambiente, a natureza como um todo, enfim, o planeta e, por conseqüência, o próprio homem. Ou seja, é um preço muito alto que, em nenhuma hipótese, poderá ser pago, pois não haverá gerações para pagar.

Destarte, a degradação ambiental surge do crescimento desordenado e se exacerba com a globalização da economia, originando uma crise de civilização que questiona a racionalidade dos sistemas sociais, os modos de produção, os valores e os conhecimentos que o sustentam, deixando-se a cidadania como fator secundário.

Na concepção de Leff:

A Natureza se levanta de sua opressão e toma vida, revelando-se à produção de objetos mortos e à coisificação do mundo. A superexploração dos ecossistemas, que os processos produtivos mantinham sob silêncio, desencadeou uma força destrutiva que em seus efeitos sinérgicos e acumulativos gera as mudanças globais que ameaçam a estabilidade e sustentabilidade do planeta: a destruição da biodiversidade, a rarefação da camada estratosférica de ozônio, o aquecimento global. O impacto dessas mudanças ambientais na ordem ecológica e social do mundo ameaça a economia como um câncer generalizado e incontrolável, mais grave do que as crises cíclicas do capital.¹²

No que se refere à questão ecológica, surge o desenvolvimento sustentável que tenta buscar uma forma de conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, além de buscar o fim da pobreza e uma igualdade social no mundo atual.

São necessárias mudanças fundamentais e urgentes. Caso se deseje evitar a destruição é preciso, urgentemente, haver uma educação ambiental para todos os cidadãos; um governo compromissado com a defesa ecológica e com o homem; um planejamento e uma fiscalização no uso dos recursos naturais; um controle rígido sobre a poluição industrial; a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações menos favorecidas; assegurar a participação de todos os cidadãos interessados, e, por fim, buscar uma verdadeira cidadania social.

A cidadania é o caminho para novos comportamentos e a busca para a sustentabilidade, a qual permitirá que se tenha um meio ambiente equilibrado para toda a humanidade e principalmente às gerações futuras.

Considerações finais

Ao debater essas perspectivas no campo da cidadania, quer-se aproveitar a oportunidade para enfatizar o quanto é importante a preservação do meio ambiente, não somente para as gerações presentes como para as vindouras.

É importante que se faça uma reflexão a respeito das transformações conjunturais e estruturais necessárias à busca de novos paradigmas, os quais possam criar possibilidades para que seja modificada a trajetória da sociedade atual. Os sistemas econômicos, a ciência mecanicista e a visão antropocêntrica necessitam



ser revistos para a estruturação de uma sociedade pós-moderna que não fique atrelada à modernidade que, paradoxalmente, ao lado dos benefícios, tantos malefícios trouxe à humanidade.

Na sociedade atual, o homem é considerado pelo seu poder de compra, não pelo seu ser. É o *ter* em detrimento do *ser*. É uma sociedade em que impera o mercado, o econômico.

No mercado global, voltado a uma visão capitalista e mecanicista, não há espaço para o cidadão e muito menos para a cidadania, o que impera é o poder e o consumo desordenado. Assim, no mundo globalizado, a cidadania deve ser repensada, não somente em seus conceitos, mas também nas condições de ser cidadão.

Urge, também, destacar a importância de cada indivíduo para a coletividade, pois é assim que se chegará à essência da aceitação da pluralidade que contempla as características humanas. Tudo isso com o intuito de despertar a atenção dos homens para a importância do desenvolvimento dos diversos sentidos e/ou das diversas áreas da humanidade. Assim, ter-se-á uma sociedade mais evoluída, tendo sua complexidade sob controle e pondo fim aos abusos do poder econômico; da marginalidade social; da degradação ambiental. Portanto, pode-se chegar a uma equidade e a uma verdadeira sustentabilidade planetária, pois as gerações vindouras dependem das decisões e da coerência das condutas dispostas no presente.

Referências

GIRON, Loraine Slomp. *Refletindo a cidadania: estado e sociedade no Brasil*. 5 ed. Caxias do Sul: Educs, 2000.

KIELING, Charles Antonio. *Manifesto da cidadania*. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MILARÉ, Édis. *Direito ambiental*. 4 ed. São Paulo: RT, 2005.

NALINI, José Renato. *Ética ambiental*. Campinas: Millennium, 2001.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Metamorfozes da cidadania*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

⁴ MILARÉ, Édis. *Direito ambiental*. 4. ed. São Paulo: RT, 2005. p. 48.

⁵ Idem.

⁶ MILARÉ. op. cit., p. 53.

⁷ GIRON, Loraine Slomp. *Refletindo a cidadania: estado e sociedade no Brasil*. 5. ed. Caxias do Sul: EducS, 2000. p. 7.

⁸ KIELING, Charles Antonio. *Manifesto da cidadania*. Caxias do Sul: Maneco, 2001. p. 48-49.

⁹ NALINI, José Renato. *Ética ambiental*. Campinas: Millennium, 2001. p. 143.

¹⁰ RUSCHEINSKY, Aloísio. *Metamorfozes da cidadania*. São Leopoldo: Unisinos, 2000. p. 228-229.

¹¹ Idem.

¹² LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 56.

